



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR E
PROCURADORIA DA JUSTIÇA MILITAR EM BRASÍLIA/DF
1º PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE RESIDENTES/2023 - DIREITO

INSTRUÇÕES

1. Escreva seu nome completo, de forma legível, no local indicado;
2. No cartão de respostas, escreva a alternativa considerada correta para cada questão, conforme exemplo abaixo;
3. Será anulada a questão que contiver mais de uma resposta ou rasura;
4. As provas (objetiva e subjetiva) terão duração total de 4 horas;
5. O caderno de questões, cartão de respostas e folha de texto definitivo da prova subjetiva deverão ser preenchidos com caneta esferográfica azul ou preta e devolvidos ao fiscal ao término da prova;
6. As provas serão realizadas sem consulta a qualquer material, não sendo permitida, durante sua realização, a comunicação entre candidatos, bem como a utilização de aparelhos eletrônicos (BIP, telefone celular, gravador, pager, etc.), livros, anotações, dentre outros materiais.

Exemplo de resposta:

| QUESTÕES | RESPOSTA | | | |
|----------|-------------------------------------|-------------------------------------|---|-------------------------------------|
| 1 | A | <input checked="" type="checkbox"/> | C | D |
| 2 | A | B | C | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 3 | <input checked="" type="checkbox"/> | B | C | D |



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR E
PROCURADORIA DA JUSTIÇA MILITAR EM BRASÍLIA/DF
1º PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE RESIDENTES/2023 - DIREITO

CARTÃO DE RESPOSTAS

NOME DO CANDIDATO: _____

NÚMERO DE INSCRIÇÃO: _____

DATA DE NASCIMENTO: _____ TELEFONE: _____

ASSINATURA: _____

E-MAIL: _____

| QUESTÕES | RESPOSTAS | | | | |
|----------|-----------|---|---|---|---|
| 1 | A | B | C | D | E |
| 2 | A | B | C | D | E |
| 3 | A | B | C | D | E |
| 4 | A | B | C | D | E |
| 5 | A | B | C | D | E |
| 6 | A | B | C | D | E |
| 7 | A | B | C | D | E |
| 8 | A | B | C | D | E |
| 9 | A | B | C | D | E |
| 10 | A | B | C | D | E |
| 11 | A | B | C | D | E |
| 12 | A | B | C | D | E |
| 13 | A | B | C | D | E |
| 14 | A | B | C | D | E |
| 15 | A | B | C | D | E |
| 16 | A | B | C | D | E |
| 17 | A | B | C | D | E |
| 18 | A | B | C | D | E |
| 19 | A | B | C | D | E |
| 20 | A | B | C | D | E |



PROVA OBJETIVA ESPECÍFICA

DIREITO PENAL

1. A incidência do princípio da insignificância afasta a:

- a. tipicidade material da conduta
- b. ilicitude, mais especificamente pelo estado de necessidade
- c. culpabilidade
- d. exigibilidade de conduta diversa
- e. punibilidade

2. A respeito das normas e princípios que regem a aplicação da lei penal no tempo e no espaço, é correto afirmar que:

- a. admite-se sejam as normas penais incriminadoras criadas por lei, medida provisória ou decreto legislativo.
- b. considera-se praticado o crime no momento de seu resultado, ainda que outro seja o momento da ação ou omissão.
- c. aplica-se a lei penal incriminadora mais gravosa a fatos anteriores já decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- d. aplicam-se as regras gerais do Código Penal aos crimes previstos em lei especial, se esta dispuser de maneira diversa.
- e. aplica-se a lei penal temporária, embora decorrido o período de sua duração, aos fatos praticados durante a sua vigência.

3. Manuel praticou crime de sequestro contra a vítima Carla, que se encontrava em cativeiro há três meses. Durante esse período em que a vítima se encontrava privada da sua liberdade, entrou em vigor lei penal nova, prevendo aumento de pena para o crime de sequestro, o qual só cessou após a lei nova ter entrado em vigor.

Diante dessa hipótese, quanto à aplicação da lei penal no tempo, é correto afirmar que:

- a. não poderá ser aplicada a lei posterior mais grave, a qual não possui ultratividade.
- b. será aplicada a lei penal posterior mais grave, cuja vigência é anterior à cessação da permanência do crime.
- c. não poderá ser aplicada a lei posterior mais grave, que só retroagirá se for mais benéfica ao réu.
- d. será aplicada a lei penal anterior, em obediência ao princípio *tempus regit actum*.
- e. não poderá ser aplicada a lei penal mais grave, pois não se admite a *novatio legis in pejus*.



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR E
PROCURADORIA DA JUSTIÇA MILITAR EM BRASÍLIA/DF
1º PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE RESIDENTES/2023 - DIREITO

4. De acordo com o Código Penal, considera-se em _____ quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, _____ razoável exigir-se. Não pode alegar _____ quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo.

Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas.

- a. () estado de necessidade / não era / estado de necessidade
- b. () legítima defesa / era / legítima defesa
- c. () estado de necessidade / era / estado de necessidade
- d. () estrito cumprimento do dever legal / não era / legítima defesa
- e. () exercício regular de direito/ não era/ estado de necessidade

5. César é açougueiro e está trabalhando regulamente no freezer do açougue, quando uma pessoa, fugindo da Polícia, se esconde atrás de algumas peças de carne, sem que César tenha percebido. Ao terminar seu turno, cansado, César acaba jogando uma enorme faca em direção a um armário, momento em que a faca acaba por acertar fatalmente o fugitivo. Sobre a conduta de César, trata-se de caso de exclusão:

- a. () do dolo por erro de proibição
- b. () de ilicitude
- c. () do dolo por erro de tipo
- d. () da imputabilidade
- e. () da culpabilidade por inexigibilidade de conduta diversa

6. Jeferson decide praticar um crime de roubo, sozinho, em uma farmácia. Para tanto, vai até o local, rende os funcionários e, de repente, antes mesmo de se apossar de algum bem, após o alarme tocar, é surpreendido pela Polícia, momento em que sai correndo para tentar fugir, mas é alcançado e preso em flagrante. De acordo com essas informações, a defesa de Jeferson deverá pleitear o reconhecimento de:

- a. () arrependimento posterior
- b. () crime impossível
- c. () desistência voluntária
- d. () arrependimento eficaz
- e. () tentativa



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR E
PROCURADORIA DA JUSTIÇA MILITAR EM BRASÍLIA/DF
1º PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE RESIDENTES/2023 - DIREITO

7. Assinale a alternativa correta, referente ao Código Penal:

- I – O resultado de que depende a existência do crime somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido;
- II – A superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado; os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou;
- III – A omissão é penalmente irrelevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado.
- a. () Somente o item I está correto
b. () Somente os itens II e III estão corretos
c. () Somente os itens I e II estão corretos
d. () Somente o item III está correto
e. () Todos os itens estão corretos

DIREITO PROCESSUAL PENAL

8. Assinale a alternativa correta:

- a. () Discordando das razões invocadas pelo Ministério Público, o Juiz de Direito poderá indeferir a promoção de arquivamento do inquérito policial, remetendo os autos ao Procurador-geral de Justiça.
- b. () Na solução do conflito de atribuições entre órgãos do Ministério Público, tendo por objeto o foro competente para a propositura de virtual ação penal, o Procurador-geral de Justiça deverá designar outro Promotor de Justiça para atuar no feito e, dessa forma, preservar a independência funcional do vencido.
- c. () Pela atual sistemática processual penal, deferido o arquivamento do inquérito por falta de base empírica para a denúncia, não será possível seu desarquivamento, ainda que surjam novas provas no seu sentido substancial.
- d. () A prestação de serviços à comunidade, proposta pelo Ministério Público no acordo de não persecução penal, tem natureza de sanção penal.
- e. () O Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que atendidas certas condições, nas hipóteses de prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 2 (dois) anos.

9. Assinale abaixo os requisitos da denúncia:

- a. () A denúncia conterá a exposição do fato criminoso, de forma resumida, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas.
- b. () A denúncia conterá a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, sempre, o rol das testemunhas.
- c. () A denúncia conterá a exposição do fato criminoso, de forma resumida, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, sempre, o rol das testemunhas.



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR E
PROCURADORIA DA JUSTIÇA MILITAR EM BRASÍLIA/DF
1º PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE RESIDENTES/2023 - DIREITO

d. () A denúncia conterà a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas.

e. () A denúncia conterà apenas a exposição do fato criminoso, a qualificação do acusado e a classificação do crime.

10. Assinale a alternativa que preenche corretamente e, de acordo com o art. 27 do Código de Processo Penal, as lacunas da seguinte disposição:

_____ poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a _____, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.

a. () A vítima; ação penal.

b. () Qualquer pessoa do povo; ação penal.

c. () Qualquer pessoa do povo; ação pública.

d. () A vítima; ação privada.

e. () Qualquer pessoa do povo; ação privada e pública.

11. A respeito da atuação do Ministério Público, assinale a alternativa correta:

a. () Ao Ministério Público cabe promover a ação penal pública e a ação penal privada.

b. () O Ministério Público funcionará nos processos em que o juiz ou qualquer das partes for seu cônjuge.

c. () Ao Ministério Público cabe fiscalizar a execução da lei.

d. () O Ministério Público funcionará nos processos em que o juiz ou qualquer das partes for seu parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral.

e. () Ao Ministério Público cabe promover, privativamente, a ação penal privada.

DIREITO PENAL MILITAR

12. Acerca das hipóteses do artigo 9º do Código Penal Militar, assinale a alternativa correta. São considerados crimes militares, os crimes previstos neste Código e os previstos na legislação penal, quando praticados:

a. () por militar em situação de inatividade contra militar na mesma situação.

b. () por militar em situação de atividade em lugar não sujeito à administração militar, contra militar da reserva, ou reformado, ou civil.

c. () por militar em situação de atividade, de folga, não atuando em razão da função, ainda que fora do lugar sujeito à administração militar contra militar da reserva, ou reformado, ou civil.

d. () por militar durante o período de manobras ou exercício, somente se praticado contra militar na mesma situação.

e. () por militar em situação de atividade, ou assemelhado, contra o patrimônio sob a administração militar, ou a ordem administrativa militar.



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR E
PROCURADORIA DA JUSTIÇA MILITAR EM BRASÍLIA/DF
1º PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE RESIDENTES/2023 - DIREITO

13. Em relação a deserção, julgue os itens:

I. Deserção é crime de mão própria.

II. Para a praça estável, a condição de procedibilidade é a reversão ao serviço ativo.

III. Caracteriza-se a ausentar-se o militar, com ou sem licença, do lugar em que deve permanecer, por mais de 8 (oito) dias consecutivos.

IV. Conforme entendimento do STM, é possível aplicar a Lei n. 9099, de 1995 ao delito de deserção, por ser de baixo potencial ofensivo.

V. Não se admite a tentativa.

a. Estão corretos apenas os itens I, III e V.

b. Estão corretos apenas os itens II e IV.

c. Estão corretos apenas os itens I e V.

d. Estão corretos apenas os itens I, II e V.

e. Estão corretos apenas os itens II, III e IV.

14. Acerca dos dispositivos previstos no título “Da Extinção da Punibilidade” no CPM, assinale a alternativa correta:

a. A prescrição da ação penal começa a correr nos crimes permanentes, do dia em que iniciou a permanência.

b. A prescrição da ação penal começa a correr no caso de tentativa, do dia em que iniciou a atividade criminosa.

c. A prescrição da ação penal começa a correr nos crimes de falsidade, da data em que o fato foi realizado.

d. No caso de concurso de crimes ou de crime continuado, a prescrição é referida, não à pena unificada, mas à de cada crime considerado isoladamente.

e. A prescrição da ação penal corre, mesmo enquanto não resolvida, em outro processo, questão de que dependa o reconhecimento da existência do crime.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

15. Sobre a aplicação do Código de Processo Penal Militar, marque a afirmativa verdadeira:

a. Somente é aplicável em tempo de paz.

b. Somente é aplicável em tempo de guerra.

c. É aplicável em tempo de paz e de guerra, ainda que haja legislação especial que lhe seja estritamente aplicável.

d. É aplicável tanto em tempo de paz como em tempo de guerra, salvo legislação especial que lhe for estritamente aplicável.

e. Foi revogada sua aplicação após a edição do Código de Processo Penal comum, por ser uma legislação mais moderna.



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR E
PROCURADORIA DA JUSTIÇA MILITAR EM BRASÍLIA/DF
1º PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE RESIDENTES/2023 - DIREITO

16. Assinale a alternativa que não condiz com as competências da Polícia Judiciária Militar:

- a. () Apurar os crimes militares, bem como os que, por lei especial, estão sujeitos à jurisdição militar, e sua autoria.
- b. () Representar a autoridades judiciárias militares acerca da prisão preventiva e da insanidade mental do indiciado.
- c. () Declarar guerra, no caso de agressão estrangeira e decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional.
- d. () Requisitar da polícia civil e das repartições técnicas civis as pesquisas e exames necessários ao complemento e subsídio de inquérito policial militar.
- e. () Cumprir os mandados de prisão expedidos pela Justiça Militar.

DIREITO CONSTITUCIONAL

17. Conforme preconizado pela Constituição Federal de 1988, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Marque V (verdadeiro) ou F (falso).

- () Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos da Constituição Federal de 1988.
- () É livre a manifestação do pensamento, sendo assegurado o anonimato.
- () É assegurado, em casos especiais, o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
- () Ninguém será submetido à tortura nem ao tratamento desumano ou degradante.
- () É assegurado a todos o acesso à informação, sendo vedado o sigilo da fonte em qualquer circunstância.

Assinale a sequência correta:

- a. () V – F – F – V – F.
- b. () F – F – V – V – F.
- c. () V – V – F – F – V.
- d. () F – V – F – V – F.
- e. () V – F – V – F – F.

18. Em relação ao Ministério Público, é incorreto afirmar que:

- a. () é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado.
- b. () são princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- c. () ao Ministério Público é assegurada a autonomia funcional e administrativa.
- d. () se o Ministério Público não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária anterior.
- e. () é incumbência do Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.



DIREITO ADMINISTRATIVO

19. A administração pública pode anular e revogar os seus atos, independentemente de solicitação ao Poder Judiciário. Esse poder-dever está consagrado na Súmula n.º 346 do STF, que afirma que a administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos, e na Súmula n.º 473 do STF, que afirma que a administração pode anular os seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, ou revogá-los, por motivo de conveniência e oportunidade. O poder-dever descrito anteriormente corresponde ao princípio da:

- a. moralidade administrativa.
- b. supremacia do interesse público.
- c. autotutela.
- d. especialidade.
- e. legalidade.

20. Em geral, os atos administrativos são dotados, entre outros, dos atributos de:

- a. disponibilidade, presunção de legitimidade e imperatividade.
- b. consensualidade, autoexecutoriedade e a presunção de legitimidade.
- c. consensualidade, discricionariedade e disponibilidade.
- d. discricionariedade, imperatividade e autoexecutoriedade.
- e. presunção de legitimidade, imperatividade e autoexecutoriedade.



PROVA SUBJETIVA

Informações:

- Nesta prova, que vale 30 (trinta) pontos, faça o que se pede, usando a página correspondente do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva folha de TEXTO DEFINITIVO, nos locais apropriados, pois não serão avaliados fragmentos de textos escritos em locais indevidos.
- Utilize, no máximo, **trinta linhas**.

- Questão:

Segundo a Teoria Tripartida, o conceito de crime é formado por três componentes: fato típico, ilícito e culpável.

Sabendo disso, discorra sobre o fato típico e seus elementos, considerando a Teoria Final da Ação (ou Finalismo).



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR E
PROCURADORIA DA JUSTIÇA MILITAR EM BRASÍLIA/DF
1º PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE RESIDENTES/2023 - DIREITO

RASCUNHO DA PROVA SUBJETIVA

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR E
PROCURADORIA DA JUSTIÇA MILITAR EM BRASÍLIA/DF
1º PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE RESIDENTES/2023 - DIREITO

23

24

25

26

27

28

29

30



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR E
PROCURADORIA DA JUSTIÇA MILITAR EM BRASÍLIA/DF
1º PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE RESIDENTES/2023 - DIREITO

FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA SUBJETIVA

Número de inscrição: _____

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR E
PROCURADORIA DA JUSTIÇA MILITAR EM BRASÍLIA/DF
1º PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE RESIDENTES/2023 - DIREITO

22

23

24

25

26

27

28

29

30